



**ATA NÚMERO QUINZE (MANDATO DE 2021-2025)
DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL, REALIZADA
NO DIA 22 DE AGOSTO DE 2024: -----**

----- Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre Aristides de Sousa Mendes, Edifício dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Cilene Gomes Lindinho, secretariada, respetivamente, por Sérgio Correia Costa Rodrigues, Primeiro Secretário e por Patrícia dos Santos Ribeiro Costa, Segundo Secretário. -----

**----- VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO.
REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL.-----**

----- Verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a reunião, eram precisamente vinte horas e trinta minutos. -----

----- Foram registadas as faltas, justificadas, do membro da Assembleia Municipal António Marques da Costa Pinto, substituído nesta sessão por Manuel Cardoso Dias. -----

----- A Assembleia Municipal encontrava-se constituída por vinte membros: Cilene Gomes Lindinho, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Rui Manuel Mendes Lopes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Nuno Miguel Dias Marques, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino Morgado Carneiro. -----

----- REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO. ---



----- Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vereadora Ana Isabel Campos Filipe, do Vereador José Dias Batista e do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo e a ausência do vereador Francisco Rafael Roque Ruas, que se encontrava de férias. -----

----- **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.** -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos aos membros da Assembleia Municipal, aos membros da Câmara Municipal, ao público presente e a todos os que estavam a seguir os trabalhos via *online* através do portal do Município. -----

----- Fez referência às ausências e respetivas substituições e justificou a convocatória para aquela sessão com base na imperiosa necessidade de aprovação do documento referente ao PDM - Plano Diretor Municipal. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL** -----

----- 2.ª REVISÃO-VERSÃO FINAL DO PLANO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

----- **2. MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2024** -----

----- 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

----- **3. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

----- ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

----- De seguida, a Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos propriamente dita. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL** -----

----- 2.ª REVISÃO-VERSÃO FINAL DO PLANO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho deu a palavra à Câmara



Municipal, tendo em vista a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos.-----

-----*Presidente da Câmara Municipal* – Apresentou cumprimentos a todo o plenário, àqueles que assistiam aos trabalhos de forma presencial e *online*. Dirigindo-se à Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a anuência à realização daquela sessão que era de muita importância para o Concelho dado o caráter de urgência da aprovação do Plano Diretor Municipal e aproveitando essa oportunidade seria também analisada e deliberada a primeira alteração ao Mapa de Pessoal. Explicou que decorria até finais de setembro o prazo para várias candidaturas na área empresarial e face ao interesse demonstrado por diversas empresas, era necessário jogar por antecipação e aprovar a nova dinâmica do nosso PDM por forma a que o mesmo se apresentasse mais apelativo para essas empresas. A propósito afirmou que o documento resultava de um trabalho, que enaltecia, e que foi levado a cabo por diversos profissionais da Câmara, nomeadamente a técnica responsável pelo urbanismo, que a ele se dedicaram desde dois mil e dezanove, portanto, transversal aos dois últimos executivos camarários. Prosseguiu para afirmar que a revisão de um Plano Diretor Municipal nunca era um processo fácil, mas sim delicado, pois teria que considerar as orientações do próprio Governo e de organismos intermédios como as comissões de coordenação e desenvolvimento regionais.-----

-----Sabia que o resultado nem sempre agradava a toda a gente, mas tinha sido feito um esforço enorme no sentido de ir ao encontro do que foi proposto em fase de discussão pública, e foram muitas essas propostas. Acrescentou que o documento ali apresentado, apesar de ser um diretor naquilo que dizia respeito a uma política de urbanismo era um documento sempre em aberto e, portanto, apesar de ser, em regra geral, definido para dez anos, a Câmara Municipal estava recetiva para, em sede de algum projeto que se revelasse importante para o nosso município, equacionar essa situação. -----

-----Concluiu para elogiar o trabalho de todos os técnicos e de todas as pessoas que se envolveram, tanto do anterior executivo como do atual referindo, de forma particular, o realizado pela responsável pelo Setor do Urbanismo da Câmara Municipal, Cristina Maria Sobral Silva que, grosso modo, tinha liderado todo o processo, em conjunto com o Vereador José Dias Batista. Nesse sentido



solicitou autorização à Assembleia Municipal para que a própria técnica fizesse a apresentação do documento, o que foi autorizado. -----

----- *Cristina Maria Sobral Silva* – Apresentou cumprimentos e, de imediato, fez uma apresentação sucinta, mas esclarecedora do documento, após uma breve resenha histórica de todo o processo. Explanou procedimentos, reuniões, alterações decorrentes de imposições legais e o período de discussão pública. Informou que tinham sido rececionadas vinte e cinco contributos, dos quais foram acolhidos dezanove; cinco parcialmente acolhidos; três não acolhidos e mais três sobre os quais foram pedidos esclarecimentos. A análise e ponderação das participações obtidas relativas à proposta de revisão do plano levou à alteração de elementos que constituíam o plano ali apresentado, designadamente o regulamento urbanístico e a planta do ordenamento. Prosseguiu para afirmar que este era um plano em aberto, até porque, ao abrigo do novo regime, a Câmara Municipal deveria apresentar um relatório sobre o estado de ordenamento do território, aos quatro anos da sua implementação, que traduziria o balanço da execução do mesmo, fundamentando adaptações ao programa de execução e definindo uma eventual necessidade de revisão. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. -----

----- *António Manuel Lopes Batista* – Saudou todas as pessoas que assistiam aos trabalhos e, desde logo, agradeceu a apresentação ali efetuada pela Técnica de Urbanismo da Câmara Municipal. Continuou para afirmar que, dada a importância do documento, e apesar de terem sido promovidas algumas sessões de esclarecimento sobre o Plano Diretor Municipal, deveria ser feita uma maior aposta na sua divulgação, e sugerir o alargamento do período de discussão pública, que era atualmente de trinta dias, para que mais munícipes pudessem apresentar as suas propostas por forma a enriquecer o documento. Continuou para afirmar que seria de todo o interesse que a divulgação passasse provavelmente pelas juntas de freguesia, constatando que a maior participação foi de munícipes da freguesia de Oliveira do Conde, com incentivo dos munícipes sobre a importância de participarem



neste processo e em colaborarem na revisão do Plano Diretor Municipal, pois considerava um pouco estranho só terem sido rececionados vinte e cinco contributos, salvaguardando o facto de a grande maioria ter sido atendida. -----

-----*Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Apresentou cumprimentos a todos quantos assistiam aos trabalhos, presencialmente e *online*. Agradeceu depois à Técnica da Câmara pelo trabalho em torno deste processo e pela apresentação que tinha feito. Começou por questionar, relativamente às vinte e cinco sugestões aceites, se tinham seguido para apreciação das entidades envolvidas neste tipo de processos pois parecia-lhe que tal não tinha acontecido. Questionou depois se a área de construção considerada nesta revisão se mantinha em relação à anterior ou se, com a diretiva de concentrar núcleos urbanos, estaríamos a diminuir a área de construção ou a deslocalizá-las. Sobre o Plano Diretor Municipal propriamente dito, reiterou o trabalho e dedicação da Técnica de Urbanismo da Câmara Municipal, pois tratava-se de um trabalho gigantesco, que teve de coordenar sozinha e, como tal, questionava se, naquele caso específico, não era para se ter contratado alguém para lhe dar apoio em situações em que se verificavam algumas lacunas e fazer uma ponte, nomeadamente entre o terreno, a realidade e o que efetivamente era aquele Plano Diretor Municipal. Prosseguiu para se referir aos pedidos de informação prévia apresentados e questionar porque é que, na versão final do documento, não estavam considerados uma vez que tal poderia vir a prejudicar alguns munícipes. Face à situação, sugerir que fosse realizada uma sessão de esclarecimento em cada localidade em que fosse explicada a respetiva planta, pois, como era natural, nem todas as pessoas conseguiam perceber o documento e efetivamente existiam muitas situações em que se constatava a perda da possibilidade de edificar algo em terrenos onde antes era possível fazê-lo e em sítios infraestruturados. -----

-----*Carlos Alexandre Pais Batista* - Saudou todas as pessoas e enalteceu o trabalho desenvolvido pela Técnica de Urbanismo da Câmara Municipal que, como era natural, se tinha sentido “amarrada” pelas leis centrais que limitavam o raio de ação do Município, tratando-se, por isso, de um trabalho difícilimo e complexo. O Plano Diretor Municipal era efetivamente um



documento estruturante para o desenvolvimento do Concelho, mas era realizado no âmbito geral para o País. Acrescia o facto de nele se envolverem vinte e oito entidades, entre as quais a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional que era o interlocutor com o Governo, deveria mostrar a realidade de cada território e limitava-se a aplicar a lei em vigor. E deu o exemplo de duas situações na sua Freguesia – Beijós, em que uma delas não permite construção de um dos lados por se tratar de uma reserva agrícola, mas efetivamente esse terreno estava ao abandono há mais de vinte anos e outro caso tinha a ver com a intenção de instalação de uma empresa na sua Freguesia em que o terreno tinha cerca de dez por cento da área em reserva agrícola e, por isso, não tinha sido autorizada a construção, o que levou a empresa a deslocar-se para outra freguesia e conseqüentemente os empregados foram também para lá. Lamentou que, em situações como esta deixa de ser possível criar-se riqueza na localidade e este impacto nas aldeias ou freguesias mais pequenas é muito grande. Terminou assumindo que a sua vontade era votar contra, não porque a Câmara tivesse culpa das limitações do documento porque estava um bocado amarrada às questões regulamentares, mas tratando-se de um documento estruturante para o desenvolvimento do Concelho, iria votar favoravelmente. -----

----- *Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos* – Apresentou cumprimentos e referiu, desde logo, que a sua intervenção ia ao encontro do que foi afirmado pelo anterior orador. -----

----- Referiu que se estava preso a obrigações legais decorrentes da alteração da Lei dos Solos de dois mil e catorze, e que transformava o panorama nacional de uma só forma, de alto a baixo, considerando que essa era uma limitação pois o território urbano e o rural têm dinâmicas muito diferentes dando o exemplo de, em meios rurais, os pais e os avós comprarem terrenos ou deixarem para herança para os filhos para aí poderem construir e essas pretensões acabam por não se realizar. A outra questão, que passava um pouco despercebida, tinha a ver com a área de construção em solo florestal e em solo agrícola que era igual aqui ou no Alentejo, mas não tinham a mesma proporção. Parabenizou, depois, a Técnica de Urbanismo pelo trabalho realizado, pelos esclarecimentos que, entretanto, fez a quem os tinha solicitado e pela apresentação ali realizada. Continuou para afirmar que



havia, no entanto, um documento, que era parte integrante do Plano Diretor Municipal ali apresentado, com o qual não concordava por estar desfasado da realidade, salvaguardando que não era por isso que não iria votar favoravelmente, referindo que tal, possivelmente teria a ver com o facto de aquele processo se ter iniciado em dois mil e dezanove, referindo-se ao programa de execução para os próximos dez anos, e que justificou não refletir a realidade e a dinâmica que estava a ser criada pelo atual executivo. Deu o exemplo de projetos que não dizendo que seriam abandonados, mas que não faziam sentido nesse momento referindo-se ao centro interpretativo do pinhão, quando existia uma candidatura para o centro interpretativo do vinho e de toda a dinâmica criada à volta de Aristides de Sousa Mendes com um centro de acolhimento com a escola profissional, assim como algumas vias. Deixou, ainda, um reparo ao atual executivo, que era quem assinava o documento, mas também ao anterior, pois nas cinquenta e quatro ou cinquenta e seis ações do programa de execução, cinquenta e nove por cento das previstas para os próximos dez anos seriam na Freguesia de Carregal do Sal e muitas destas na Vila Sede considerando que isso não podia acontecer pois o Concelho tinha de ser visto como um todo e, nada tendo contra a Freguesia de Carregal do Sal, ela não valia mais do que trinta por cento do Concelho, quer em termos de área, quer em termos de população. Concluiu para referir que o plano de ação deveria refletir ações que trabalhassem a coesão territorial dentro do próprio Concelho, considerando que as políticas de coesão territorial em que os planos diretores municipais vão beber deviam, de facto ser alteradas. -----

-----*Rui Manuel Mendes Lopes* – Apresentou cumprimentos. Prosseguiu para afirmar que esta revisão ao Plano Diretor Municipal se tinha focado garantidamente em fechar e em puxar as pessoas para o perímetro mais urbano das aldeias, das localidades, com o que concordava. No entanto, com as restrições atuais, a periferia das localidades iria ficar ao abandono apelando, por isso, a que não se deixassem perder os terrenos que eram fulcrais, que eram importantíssimos para a reconstrução das casas dentro das aldeias das localidades pois só assim faria sentido aquele Plano Diretor Municipal. Reportou-se, por último, à desclassificação de terrenos no novo documento, que lamentava, pois,



alguns municípios, tinham adquirido terrenos como urbanizáveis que, perante a atual revisão, deixaram de o ser, e por isso tinha apresentado uma reclamação sobre a qual aguardava resposta.-----

----- *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Apresentou cumprimentos e, desde logo, agradeceu o trabalho e a competente explanação do documento pela Técnica de Urbanismo, Cristina Silva, pois estava-se perante um documento muito técnico, muito denso, muito extenso e naturalmente de difícil interpretação para quem não era daquela área. Começar por enaltecer a transparência do processo pois na verdade as pessoas tinham sido convocadas para, de alguma forma, poderem manifestar a sua concordância, a sua discordância, os pareceres sobre o mesmo e, por isso, não tinha sido por falta de convocatórias que as pessoas não emitiram parecer sobre o documento. -----

----- Afirmou, depois, tratar-se de um documento de alguma forma profético, enquadrador, mas na realidade todos ali presentes e muitos daqueles que estavam em casa com relativa facilidade encontrariam nele incongruências que dificilmente eram passíveis de aceitar, de entender. E tal acontecia porque a verdade era que as diretrizes eram colocadas a patamares que extravasavam o perímetro territorial recordando que eram envolvidas no processo vinte e oito entidades que tinham de dar parecer sobre um determinado território e parte dessas entidades seguramente nem o conheciam. O grande problema deste tipo de situações era o facto de, na prática, se estar perante decisões que eram tomadas a nível central e que olhavam para um território, não de uma forma particular, como deveriam, mas olham para o território de uma forma absolutamente geral e despropositada. Recordou depois que aquele era um processo que tinha iniciado em dois mil e dezanove e, percebia-se, portanto, que era moroso; que era importante que houvesse uma eventual redefinição e alteração mais periodicamente; que era um documento aberto e, portanto, passível de revisão no tempo. Por último, deixou uma reflexão: todos os municípios que não tivessem o Plano Diretor Municipal aprovado até ao final de dezembro de dois mil e vinte e quatro estavam absolutamente impedidos de fazer candidaturas a fundos comunitários e eventualmente também a fundos nacionais. -----

----- *Presidente da Câmara Municipal* – Numa abordagem global, afirmou que, apesar de a



Câmara Municipal ter ali alguma responsabilidade naquilo que tinha a ver com decisões, muitas delas emanavam, na verdade, de organismos nacionais, centrais e a discussão não era do momento, pelo que eram colocadas em causa muitas daquelas que eram as decisões de grande parte desses organismos. Naquela miscelânea de tantas organizações, a Câmara Municipal teve de encontrar o nosso plano diretor municipal e que de alguma forma fosse dando resposta às nossas prioridades, mas que, ao mesmo tempo, tivesse que cumprir as orientações emanadas por esses organismos. Fez-se o melhor possível, sendo certo que, da parte do Município continuaria a haver toda a abertura e disponibilidade para se conseguirem encontrar as melhores opções para o território pois nele, mandavam os munícipes. Continuou para afirmar que o Plano Diretor Municipal em apreciação tinha muitas das orientações que emanavam desde o ano de dois mil e dezanove e que a Câmara Municipal poderia eventualmente ter consagrado nele já algumas novas linhas orientadoras considerando que esses novos projetos eram diferenciadores e não colidiam com aquilo que era o nosso diretor municipal. Assim sendo, aceitava a crítica no sentido de que poder-se-ia ter feito uma revisão um bocadinho mais cuidada do documento, no sentido de retirar alguns dos projetos que, na verdade, não faziam sentido e colocar os mais recentes, salvaguardando que tal foi, no entanto, acautelado pois todos os macroprojetos estavam consagrados e eram passíveis de serem enquadrados naquele Plano Diretor Municipal. Reiterando que aquele era um processo em aberto, afirmou que não aceitava a questão de que poderia ter havido mais tempo de discussão pública e que deveria ter sido apresentado nas juntas de freguesia e/ou localidades do Concelho, uma vez que a lei foi cumprida e, portanto, participou no processo quem o quis fazer, salvaguardando quer a Câmara Municipal continuaria a ter toda a abertura para avaliar projetos de futuro e novas situações que se revelassem de interesse para o Município, sempre dentro da legalidade. -----

-----Relativamente a algumas questões técnicas colocadas pelo membro Sandra Cortês solicitou à Técnica de Urbanismo que sobre as mesmas prestasse os esclarecimentos que se impunham. -----

-----*Cristina Maria Sobral Silva* – Respondeu que as situações pontuais que foram acolhidas



foram-no por não colidir com orientações nacionais e tiveram a ver, grosso modo, com questões de consolidação de espaços e de contenção e que, noutros casos, se prendiam com ausência de atualização da cartografia referente àquele local específico. Quanto às participações não acolhidas, justificavam-se porque, ou atravessavam com reservas ou estavam muito extensas e/ou muito distantes do perímetro urbano. Sublinhou que a Câmara Municipal tinha apelado várias vezes para as pessoas participarem e, ao longo dos últimos quatro anos, tinham sido atendidos muitos munícipes e prestados muitos esclarecimentos; fizeram-se alertas e até uma sessão extraordinária sobre o Plano Diretor Municipal que legalmente não tinha de ser feita para a qual convidaram todos os projetistas que sabiam fazerem projetos que entravam na Câmara Municipal, pelo que estava de consciência tranquila. -----

----- Relativamente às reservas informou que tinham sido desafetados da reserva agrícola quarenta hectares e da reserva ecológica trinta hectares, sendo que muitas desafetações tinham sido negociadas, caso a caso. E confirmou ter havido efetivamente uma diminuição da área urbana do Concelho, cifrando-se atualmente em cerca de mil e quatrocentos hectares, fundamentada no facto de existirem áreas urbanas que estavam vazias há cerca de vinte anos. -----

----- Terminada a análise e discussão sobre o assunto em apreço, a Presidente da Assembleia colocou em votação este ponto da ordem do dia, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

----- Abstencões – 8 (oito) votos -----

----- A favor - 12 (doze) votos. -----

----- Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar, por maioria, com oito abstenções dos membros Sandra Cristina de Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, Rui Manuel Mendes Lopes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Nuno Miguel Dias Marques, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia e doze votos a favor dos



membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino Morgado Carneiro, a proposta da Câmara Municipal referente à Segunda Revisão (Versão Final) do Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal. -----

----- **2. MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2024** -----

----- 1.^a ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, deu início ao ponto dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação deste ponto da ordem de trabalhos. -----

----- *Presidente da Câmara Municipal* – No uso da palavra começou por dizer que aquele não era, na verdade, um ponto que tivesse grande urgência, mas uma vez que se iria realizar aquela sessão, a Câmara Municipal tinha entendido também propor aquela revisão. Explicou que a alteração que estava em causa tinha subjacentes três premissas designadamente o ajuste dos recursos humanos que estavam ao serviço no Museu Aristides de Sousa Mendes, que eram oito havendo a possibilidade de preencher mais alguns lugares, designadamente um para técnico superior e um outro que contemplaria alguém que pudesse trabalhar na área do turismo, da comunicação que aliariam às suas funções a criação de uma dinâmica turística em torno dos nossos produtos endógenos e demais pontos de atração turísticos, aproveitando para referir que, no primeiro mês de abertura, tinham recebido a visita de cerca de oito mil pessoas, fazendo o competente reconhecimento do esforço e dedicação da equipa do Museu; a contratação de três pessoas para um período de seis meses para o centro de atendimento da AIMA em função do futuro Centro de Acolhimento e o terceira premissa é aumentar a reserva de três para cinco lugares na Divisão de Obras Municipais e Ambientais pois era intenção da Câmara contratar dois profissionais que passarão a estar direcionados para o apoio às juntas de freguesia e às



associações do Concelho designadamente na montagem de tendas ou na resolução de problemas de eletricidade, entre outras, pois ao garantirmos estes apoios comprometemos os trabalhos já programados pela Divisão tais como pavimentações e outros. Para além disso, na Divisão em causa, existiam serviços que necessitavam de reforço de pessoal.-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto para discussão este ponto da ordem do dia, aceitando inscrições. -----

----- *António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para referir as despesas avultadas com recursos humanos, o que era preocupante. E afirmou que o Museu Aristides de Sousa Mendes estava aberto há pouco mais de um mês, por isso entendia que o senhor Presidente da Câmara estava a fazer uma avaliação de forma conclusiva em relação à necessidade de recursos humanos, até porque os números reportavam-se ao período de julho e agosto reconhecida como uma época extremamente alta em termos turísticos e por existir uma grande curiosidade em relação àquela estrutura que, sublinhou, estava muito bem estruturada e organizada. Assim, entendia que fazer um contrato de trabalho por tempo indeterminado em funções públicas era exagerado e poderia, por exemplo, ser considerado um contrato de trabalho a termo para colmatar ou combater uma necessidade que existia no momento. ---

----- *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Começou por afirmar que a sua intervenção ia ao encontro da intervenção anterior, pelo que era precoce pensar-se num contrato de trabalho por tempo indeterminado em funções públicas para o Museu Aristides de Sousa Mendes pois tinham de ser considerados vários fatores: tratar-se de um mês de verão, a curiosidade e a recente inauguração da instituição. Para além disso, eram evidentes as despesas com pessoal, independente de ser ou não necessário, pelo que pensar-se nessa solução com base numa avaliação de pouco mais de um mês, poderia ser prematuro. -----

----- *Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos* – Usou da palavra para fazer ressaltar que, se calhar, falhou um bocadinho da razão enunciada pelo executivo camarário para justificar a necessidade de recursos humanos atinentes ao Museu Aristides de Sousa Mendes. E, apelando a uma



reflexão conjunta, lembrou que o Turismo valia mais de quinze por cento do PIB – produto interno bruto naquele momento, por isso, na qualidade de Presidente de junta de freguesia, que frequentava alguns fóruns sobre aquela temática, podia confirmar que se encontravam muitos técnicos de turismo de municípios. E, por isso, face ao paradigma e ao peso do turismo do PIB, os municípios estavam a apostar naquela área e em profissionais para a mesma. Assim sendo, fazia todo o sentido que a Câmara Municipal também apostasse num técnico de turismo, e não apenas para a Casa do Passal pois isso seria redutor, que possa orientar e ajudar o Município na definição de estratégias turísticas. Concluiu que a indústria não é tudo e a do turismo já tem um peso muito grande. -----

-----*Presidente da Câmara Municipal* – Respondeu que não poderia estar mais de acordo com o que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Conde e, portanto, o lugar previsto para um assistente técnico na área do turismo pretendia ser transversal e não só para o Museu, pois essa pessoa teria que ir às quintas de vinhos, aos nossos monumentos, ao comércio local. Seria, por isso, um trabalho integrado. Acrescentou que a Câmara Municipal tinha feito uma opção clara que era, havendo necessidade de contratação, as pessoas seriam efetivamente contratadas para os quadros da Câmara combatendo, dessa forma, a precariedade no trabalho. Continuou para informar que mais de noventa por cento das pessoas que tinham visitado o Museu Aristides de Sousa Mendes eram de fora do Concelho para sublinhar que os números por vezes eram importantes. Deu, a propósito, o exemplo do Museu Grão Vasco, de âmbito nacional, que mensalmente recebia entre quatrocentos e cinquenta a quinhentos visitantes comparando com o número de pessoas que visitaram o nosso Museu e que tinha rondado as quatrocentas e vinte alegando que era período de férias para as duas instituições museológicas. Concluiu que era importante potenciar o trabalho e era imperativo impor uma dinâmica forte e impactante em torno do nosso Museu e das valências turísticas do Concelho que, certamente, não iriam terminar e, por isso, a opção da Câmara Municipal era contratar alguém para os quadros da Câmara que ficaria com essa tarefa. -----

----- Convidou, depois, a oposição, a assumir quem é que não contrataria das pessoas que tinham



sido contratadas pela Câmara Municipal e que tivesse a coragem de dizer que lugares não preencheriam. Concluiu para lamentar que a oposição não enaltecesse o trabalho que vinha sendo feito, nomeadamente em relação àquele Museu e que reconhecesse o trabalho dos oito colaboradores da Câmara que ali estavam abnegadamente a trabalhar em nome do nosso Concelho e que davam nome à nossa grande âncora que era Aristides Sousa Mendes. -----

----- *António Manuel Lopes Batista* – Voltou a usar da palavra para considerar que para responder às questões da oposição não necessitava de ser ofensivo. E afirmou que o senhor Presidente era do Partido Socialista; ele era do Partido Social Democrata, com muito orgulho e também era contra o trabalho precário e a favor da contratação para os quadros quando houvesse essa necessidade. Como tal, estavam de acordo, mas provavelmente o senhor Presidente não colocava pessoas em lugares onde eram precisas sublinhando que reconhecia que existiam necessidades ao nível dos recursos humanos nalgumas áreas e eram precisas face à avaliação de todas as atividades envolvidas do Município. Prosseguiu para concordar e engrandecer o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores do Museu considerando que ainda bem que se tinha registado uma grande afluência à Casa do Passal ressaltando, no entanto, que se estava numa época em que as entradas tinham sido gratuitas e tinha sido feita uma enorme divulgação em torno da sua abertura, até em termos internacionais. Aguardava, portanto, com expectativa o que os próximos tempos trariam em termos de visitantes. Concluiu a sua intervenção para reiterar que gostava do trabalho condigno, mas em todas as áreas, desde o trabalho ao doutor que exercia as suas funções em gabinete. -----

----- *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para afirmar que também ela era contra o trabalho precário, mas o senhor Presidente insistia em fazer política contra a bancada do Partido Social Democrata e do Movimento Cidadãos Independentes pelo Concelho do Carregal. Na verdade, estavam ali para discutirem os assuntos daquela sessão extraordinária e estavam ali a verbalizar aquilo que estava escrito e a ponderar o que lhes era apresentado, pelo que era legítimo fazerem as considerações que entendessem, desde que não ofendessem ninguém. E assim era.



Relativamente ao trabalho a termo disse que também havia referência a três postos nessas condições no documento e a justificação dada tinha sido a de que os do Museu não eram porque o Museu iria continuar, assim como o turismo, questionando se os que eram considerados para o centro de refugiados e a escola profissional que iria para Cabanas de Viriato, iriam embora, pois tinha quase a certeza que iríamos continuar a precisar dessas pessoas. Relativamente ao Museu, afirmou não estar contra o facto de se precisar de um técnico, mas considerava precoce assumir-se essa necessidade em tão curto espaço de tempo, mais ainda porque o que depreendia do documento era que para o Museu eram considerados quatro postos de trabalho e não apenas um técnico. -----

-----*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para recordar que a proposta do membro António Batista, que jamais ofendeu alguém – diz a verdade e isso incomoda e que este naquela sessão sugeriu contratar uma pessoa a termo, contrariando o que veio dizer depois de que não era a favor da precariedade. Isso era precariedade. -----

-----Ao membro Sandra Cortês esclareceu que jamais seria a favor da precariedade pois precariedade era a situação em que uma pessoa hoje vinha trabalhar para a Câmara Municipal e trabalhava como POC, amanhã por uma junta de freguesia, depois voltava a ser feito outro POC pela Câmara e outro pela junta de freguesia para desempenhar a mesma tarefa durante oito anos – isso era precariedade. E o Executivo Municipal tinha encontrado vinte e nove pessoas nessa situação – precariedade, quando chegou à Câmara Municipal. E isso era diferente do que referia um contrato a termo e um protocolo que tinha sido assinado entre a Câmara Municipal, a AIMA e a Estrutura de Missão e que era para nove meses. Acrescentou que não podia contratar ninguém para um centro de acolhimento e um centro de formação que ainda não estavam feitos e, portanto, tinha que viver com a realidade que tinha, sendo que o que tinha era um protocolo acabado de assinar, aprovado em reunião de câmara, para três profissionais em regime de contrato, por nove meses, E isso não era precariedade; tratava-se de um contrato a termo com base num protocolo assinado entre as três entidades, portanto isso não era precariedade; essa o Executivo Municipal combatia-a. -----



----- Relativamente às quatro pessoas a que se referiu o membro Sandra Cortês, informou que estava prevista a mudança de categoria/carreira de alguns colaboradores, por exemplo de assistentes operacionais para assistentes técnicos ou de assistentes técnicos a técnicos superiores, pois era desejável que o Museu Aristides de Sousa Mendes passasse a ser Museu Nacional, conforme referido pela senhora Ministra da Cultura aquando da inauguração do mesmo e, nesse caso, eram consideradas exigências que deviam ser ponderadas para o objetivo do Museu designadamente em termos de quadro de pessoal que teria de ponderar, por exemplo, um arquivista e um diretor objetivo do Museu. E, portanto, o quadro pessoal ali apresentado tinha que prever o número de profissionais que, no futuro próximo, se tivésemos uma candidatura para Museu Nacional, consagre um quadro sólido e legalmente exigível. Prosseguiu para afirmar que escreviam para pessoas que entendem, mas havia pessoas que, por mais que se escrevesse, nunca iriam entender, e, portanto, não adiantava, pois havia pessoas que liam dez vezes a mesma coisa e não conseguiam entender, por mais que se escrevesse de maneira diferente. E, portanto, explicado e justificado o que tinha sido feito, refutava sempre a precariedade e quando tivesse de tomar uma decisão para contratar alguém, seria feita uma análise e, se necessária, contratava-se. -----

----- Concluiu para afirmar que não aceitaria nunca que um membro daquela Assembleia o considerasse desonesto, como fez o membro António Batista, e manifestava veementemente, como Presidente do Município, que ficasse registada a utilização abusiva e ofensiva desse membro da Assembleia Municipal, esperando que se retratasse dessas acusações em prol do bom nome daquele plenário. -----

----- *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* - Pediu para usar de novo da palavra para afirmar que nunca tinha ofendido ninguém naquela Assembleia e, aquilo que o senhor Presidente estava agora a exigir do membro da bancada do Partido Social Democrata, não foi o que o próprio fez quando, noutra sessão da Assembleia Municipal, ela própria tinha sido maltratada naquela Assembleia. -----

----- Em relação aos documentos que estavam em análise perguntou onde é que estava a



indicação da intenção de passar o Museu Aristides de Sousa Mendes a Museu Nacional e que justificasse, portanto, a contratação dos postos de trabalho em apreço, pois não encontrava qualquer referência a isso. E, perante esse facto, não tinha sido correto o senhor Presidente dizer que ela não sabia ler e, portanto, se voltasse a afirmar tal coisa, levantar-se-ia e abandonaria a sessão. Continuou para afirmar que sabia que essa decisão o deixaria satisfeito, mas deixá-lo-ia a falar sozinho, pois ela sabia ler aquilo que queria, aquilo que não queria e interpretar e o senhor Presidente é que ia para as assembleias sem saber o que estava escrito e começava a divagar. Isso ficava-lhe mal, questionando que vontade era aquela de a por nervosa. -----

-----*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para afirmar que o membro Sandra Cortês tinha assumido aquela postura de provocar para tentar criar alguns fatores de desestabilização naquela Assembleia e, apesar de ele tentar desprezar essas provocações, infelizmente não tinha conseguido. E, perante isso, em nome do que considerava ser a honestidade intelectual e política do órgão que representava como Presidente deste Município, não iria responder a nenhuma questão que tivesse a ver com as leituras e interpretações que a própria fazia. -----

-----Face à celeuma em torno da questão, e para obviar a questões que não estavam em análise, a Presidente da Assembleia Municipal questionou se, em relação à questão colocada, poderiam então concluir que não estava indicada a pretensão de o Museu passar a ser Museu Nacional, mas essa seria a pretensão, ao que o senhor Presidente da Câmara Municipal anuiu. -----

-----Terminada a análise e discussão sobre o assunto em apreço, a Presidente da Assembleia colocou em votação este ponto da ordem do dia, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

-----Abstenções – 8 (oito) votos -----

-----A favor - 12 (doze) votos. -----

-----Face à votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar, por maioria, com oito abstenções dos membros Sandra Cristina



de Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, Rui Manuel Mendes Lopes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Nuno Miguel Dias Marques, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia e doze votos a favor dos membros Cilene Gomes Lindinho, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino Morgado Carneiro, a proposta da Câmara Municipal referente à Primeira Alteração do Mapa de Pessoal do Município de Carregal do Sal do Ano de dois mil e vinte e quatro. -----

----- **3. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

----- ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o espaço destinado à intervenção do público.-

----- *Miguel Mamede* – Apresentou cumprimentos e salvaguardou que a sua intervenção era no sentido de fazer três observações. A primeira, positiva, era em relação às férias desportivas que, pela primeira vez, registou uma afluência de mais de cento e vinte crianças e, segundo sabia, estavam a correr bem; a segunda, tinha a ver com o Museu Aristides de Sousa Mendes, sugerindo que, em termos de bilhetes, fosse criado um *pack* família, tal como aconteceu em relação ao cinema; a terceira observação tinha a ver com o facto de ter rececionado duas cartas do Município, ambas com a mesma data e o mesmo teor mas uma com aviso de receção e outra em correio normal, sendo que, o motivo das mesmas se prendia com o pagamento, *à posteriori*, da mensalidade referente ao prolongamento de horário das crianças. Ora, neste caso, disse ficar surpreendido pois o carteiro confirmou-lhe que estavam a entregar várias cartas similares e, pelo que sabia, se nuns casos os valores eram de cerca de cinco euros, noutros seria de cêntimos e, como tal, a Câmara Municipal poderia ter usado outros meios de comunicação, mais económicos, dando o exemplo de uma chamada telefónica, uma mensagem ou



um *email*. -----

-----*Presidente da Câmara Municipal* – No uso da palavra respondeu ao munícipe que não tinha conhecimento daquela situação, mas iria tentar perceber qual tinha sido a tramitação daquela documentação. Em relação ao Museu, informou que tinha sido aprovado naquele mesmo dia o respetivo preçário, pelo que a entrada seria no montante de quatro euros, a partir de setembro, mas estavam consideradas diversas bonificações de até cinquenta por cento desse valor unitário, que estavam plasmadas numa extensa lista que integrava o documento e que seria tornado público muito em breve considerando igualmente o desejado *pack* família. Para além disso, estavam igualmente consagradas gratuidades, pois o objetivo maior da Câmara Municipal era a divulgação do trabalho, do gesto do Cônsul e dos valores humanitários que ele nos deixou, e não ter no Museu uma fonte de receita. -- -----

----- **APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO, DO ANEXO I, DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.**-----

-----A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, iria proceder à leitura da minuta das deliberações dos pontos um e dois da ordem de trabalhos. -----

-----A Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, colocou em votação esta minuta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----Aquando da votação e aprovação em minuta das respetivas deliberações, a Assembleia Municipal encontrava-se reunida no Salão Nobre Aristides de Sousa Mendes, nesta Vila de Carregal do Sal e estava constituída por vinte membros: Cilene Gomes Lindinho, Sandra Cristina de Oliveira Cortês, António Manuel Lopes Batista, Paulo Filipe Rodrigues Cristo, Carina Isabel Pereira Pessoa, Rui Manuel Mendes Lopes, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos, Sérgio Correia Costa Rodrigues, António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Nuno



Miguel Dias Marques, Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa, Tiago André Pereira Afonso, José Manuel Abreu Carvalho, Francisco Rafael Batista Gouveia, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, Manuel Cardoso Dias, Carlos Manuel Teles de Almeida Ferreira Bastos e Adelino Morgado Carneiro. -----

----- **ENCERRAMENTO.** -----

----- Esgotada a ordem do dia, a Presidente da Assembleia Municipal, Cilene Gomes Lindinho, desejou a todos a continuação de uma boa noite e deu por encerrada a sessão extraordinária quando eram vinte e três horas e quarenta minutos. -----

----- E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia Municipal,

Cilene Gomes Lindinho.

O Primeiro Secretário,

Sérgio Correia Costa Rodrigues

A Segunda Secretária,

Patrícia dos Santos Ribeiro da Costa.